



AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA ELETRÓNICA DE RECRUTAMENTO

PROC. 81/2022_CMA

= AJUSTE DIRETO =

CADERNO DE ENCARGOS



ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 1. ^a (Objeto)	3
Cláusula 2. ^a (Contrato)	3
Cláusula 3. ^a (Prazo)	3
Cláusula 4. ^a (Renovação do contrato).....	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	4
Cláusula 5. ^a (Obrigações principais do prestador de serviços)	4
Cláusula 5. ^a (Patentes, licenças e marcas registadas).....	4
Cláusula 6. ^a (Conformidade e operacionalidade dos serviços)	5
Cláusula 7. ^a (Prazo de disponibilização do objeto de contrato)	5
Cláusula 8. ^a (Objeto do dever de sigilo).....	5
Cláusula 9. ^a (Preço base).....	5
Cláusula 10. ^a (Preço contratual).....	6
Cláusula 11. ^a (Condições de pagamento)	6
CAPÍTULO III - SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	6
Cláusula 12. ^a (Sanções contratuais).....	6
Cláusula 13. ^a (Força maior)	7
Cláusula 14. ^a - Suspensão do contrato	8
Cláusula 15. ^a - Resolução por parte do Município de Alenquer	8
Cláusula 16. ^a - Resolução por parte do prestador de serviços.....	8
CAPÍTULO IV- RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	9
Cláusula 17. ^a (Foro competente)	9
CAPÍTULO V - CAUÇÃO E SEGUROS	9
Cláusula 18. ^a – Caução	9
Cláusula 19. ^a - Seguros	9
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS	9
Cláusula 20. ^a (Subcontratação e cessão da posição contratual)	9
Cláusula 21. ^a (Comunicações e notificações).....	9
Cláusula 22. ^a (Contagem dos prazos).....	10
Cláusula 23. ^a (Legislação aplicável).....	10
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS	11
Cláusula 24. ^o (Definição da solução).....	11
Cláusula 25. ^o (Especificações técnicas)	11



PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª (Objeto)

1 - O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a celebração de um contrato para a **prestação de serviços de plataforma eletrônica de recrutamento**, de acordo com as cláusulas do presente caderno de encargos.

2 - À presente aquisição corresponde a categoria *72212450-8 Serviços de desenvolvimento de software para contabilização do tempo de trabalho ou recursos humanos*, conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV.

Cláusula 2.ª (Contrato)

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo decreto-lei 278/2009, de 2 de outubro, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

4 – Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos, quando não é exigida a redução do contrato a escrito, o contrato resulta da conjugação do presente caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

Cláusula 3.ª (Prazo)

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses e entra em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da sua outorga, em conformidade com os respetivos termos e condições e o



disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª (Renovação do contrato)

1 - O presente contrato considera-se automaticamente renovado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses se não for denunciado, por qualquer das partes, com uma antecedência mínima de 60 dias, por carta registada, com aviso de receção, até ao limite de 60 (sessenta) meses.

2 - Nos termos do disposto no artigo 48.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, considera-se que o prazo previsto no ponto anterior é o mais ajustado à natureza e especificidade do serviço, atendendo ao benefício económico daí resultante, à natureza das especificidades do serviço de desenvolvimento de software de recursos humanos e à estabilidade ao longo do tempo da gestão de dados.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 5.ª (Obrigações principais do prestador de serviços)

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Disponibilizar e configurar a plataforma eletrónica objeto de contrato ao Município de Alenquer, conforme as especificações técnicas mínimas, e cumprir com os prazos e requisitos da prestação definidos no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- b) Assegurar a garantia e assistência técnica necessária à contínua operacionalidade pelo prazo e condições previstas no presente caderno de encargos;
- c) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é prestada a prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- d) Garantir a manutenção e as atualizações da aplicação informática objeto de contrato;
- e) Formação adequada sobre o funcionamento e utilização da plataforma eletrónica objeto de contrato aos trabalhadores designados pelo Município;
- f) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.

2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª (Patentes, licenças e marcas registadas)

1 - São da responsabilidade do prestador de serviços quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.



2 - Caso o Município de Alenquer venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer dos direitos mencionados no número anterior, o prestador de serviços indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 6.ª (Conformidade e operacionalidade dos serviços)

- 1 – O prestador de serviços obriga-se a disponibilizar a plataforma eletrónica objeto de contrato a celebrar com todas as características, especificações e requisitos previstos no presente caderno de encargos, bem como na proposta adjudicada.
- 2 – A plataforma objeto de contrato deve ser configurada em perfeitas condições de ser prontamente utilizada para os fins a que se destina;
- 3 – O prestador de serviços é responsável perante o contraente público por qualquer defeito ou discrepância que exista no momento em que a plataforma lhe é disponibilizada e/ou que se detete aquando da sua utilização;
- 4 – Todas as despesas e custos inerentes à prestação de serviços e respetivos documentos para o local de instalação são da responsabilidade do prestador de serviços.

Cláusula 7.ª (Prazo de disponibilização do objeto de contrato)

A plataforma eletrónica objeto de contrato deve ser disponibilizada ao Município de Alenquer no prazo constante da proposta adjudicada, definindo-se como prazo máximo 30 (trinta) dias seguidos.

Cláusula 8.ª (Objeto do dever de sigilo)

- 1 - O Município de Alenquer e o prestador de serviços obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos objeto do contrato e tratar como confidenciais todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários ou colaboradores que se encontrem envolvidos no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Excluem-se do âmbito dos números anteriores toda a informação gerada por força da execução do contrato, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que por força de disposição legal tenham de ser publicitados e/ou sejam do conhecimento público.
- 4 - As obrigações previstas na presente cláusula mantêm-se, independentemente da cessação do presente contrato por qualquer motivo.

Cláusula 9.ª (Preço base)

- 1 - O preço base é o preço máximo que o Município de Alenquer se dispõe a pagar pela execução do contrato e de todas as prestações que constituem o seu objeto.



2 - O preço base fixado para a presente prestação de serviços é de € **16.300,00 (dezasseis mil e trezentos euros)** à taxa legal em vigor, se aplicável.

Cláusula 10.ª (Preço contratual)

1 - Pela prestação de serviços objeto de contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Alenquer deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa em vigor, se este for legalmente devido.

2 - Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alenquer (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 11.ª (Condições de pagamento)

1 - As quantias devidas pelo Município de Alenquer, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção e validação pelo Município de Alenquer das respetivas faturas.

2 - Os pagamentos terão uma periodicidade mensal e serão tidos após o cumprimento da respetiva obrigação.

3 - Em caso de discordância por parte do Município de Alenquer quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III - SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 12.ª (Sanções contratuais)

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Alenquer pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, nos seguintes termos:

- a) Quando se verifique o atraso na disponibilização da plataforma objecto de contrato, será aplicada uma multa de 0,5% do preço contratual, por cada dia de atraso relativamente ao prazo estipulado na cláusula 7ª do presente caderno de encargos;
- b) Quando se verifique falhas de operação da aplicação informática, imputáveis ao cocontratante, será aplicada uma multa de 0,5% do preço contratual, por cada dia de atraso na resolução da falha técnica detetada;
- c) Pelo incumprimento de outras obrigações contratuais, será aplicada uma multa de 4% do preço contratual.



- 2 - O valor acumulado das penalidades contratuais não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo de resolução do contrato.
- 3 - Nos casos em seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Alenquer decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Alenquer tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 5 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Alenquer exija uma indemnização pelo dano excedente.
- 6 - Os valores das penas pecuniárias serão deduzidos na (s) fatura (s) do prestador de serviços.
- 7 - Caso não existam faturas que permitam efetuar o desconto da pena pecuniária, o prestador de serviços fica obrigado à liquidação da dívida.

Cláusula 13.ª (Força maior)

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a - Suspensão do contrato

1 - Sem prejuízo do direito de rescisão do contrato, o Município de Alenquer pode, a todo o tempo, por comprovados motivos de interesse público, suspender parcial e/ou temporariamente a execução do contrato.

2 - A suspensão produzirá os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação ao prestador de serviços.

3 - O Município de Alenquer pode, a todo o tempo, levantar a suspensão da execução do contrato.

4 - O prestador de serviços não poderá reclamar ou exigir qualquer indemnização, com base na suspensão parcial e/ou temporária do contrato.

Cláusula 15.^a - Resolução por parte do Município de Alenquer

1 - Para efeitos da presente cláusula, sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, considera-se existir incumprimento definitivo em caso de verificação de qualquer das seguintes situações, em relação ao prestador de serviços:

- a) Sempre que, por razões imputáveis ao prestador de serviços, se verifique o não cumprimento dos prazos previstos no presente caderno de encargos;
- b) Por falta de cumprimento, em devido tempo, das suas obrigações contratuais.

2 - O exercício do direito de resolução terá lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à cocontratante em causa, da qual conste a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento, pelo Município de Alenquer.

3 - A resolução do contrato produz efeitos a partir da data fixada na respetiva notificação.

Cláusula 16.^a - Resolução por parte do prestador de serviços

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato na seguinte situação:

- a) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo Município de Alenquer por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros de mora;

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alenquer, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



3- A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CAPÍTULO IV- RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 17.ª (Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa.

CAPÍTULO V - CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 18.ª – Caução

Não é exigida a prestação de caução nem serão efetuadas retenções nos valores dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 19.ª - Seguros

- 1- É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes à actividade económica, nomeadamente da cobertura de acidentes de trabalho do respetivo pessoal e de responsabilidade civil.
- 2- O Município de Alenquer pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços exhibir a mesma no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 20.ª (Subcontratação e cessão da posição contratual)

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª (Comunicações e notificações)

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
- 3 - Relativamente às comunicações e notificações efetuadas entre as partes nos termos do número 1, reserva-se o direito à contraparte de aceitar ou não o conteúdo das mesmas.



Cláusula 22.^a (Contagem dos prazos)

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias de feriados.

Cláusula 23.^a (Legislação aplicável)

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, o contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos aplicando-se o artigo 280.º do mesmo.



PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 24.º (Definição da solução)

- 1 - A plataforma eletrónica deve visar a apresentação de todos os elementos necessários a uma solução de desmaterialização da gestão de processos de candidatura.
- 2 - A Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal, apela à desmaterialização;
- 3 - Ferramenta que visa simplificar os processos de recrutamento para a Administração Pública.
- 4 - A solução deve integrar um conjunto de automatismos que tornam mais simples e ágil o desenvolvimento das tarefas inerentes à gestão dos procedimentos concursais, nomeadamente:

- Personalização de formulários e fases de recrutamento;
- Facilidade de submissão de candidatura com comprovativo;
- Verificação e exclusão de candidaturas por incumprimento;
- Cálculo do resultado final dos candidatos;
- Gestão de acessos à informação;
- Exportação de resultados;
- Área reservada do candidato;
- Gestão de audiências prévias;
- Recibos de leitura das notificações;
- Carregamento de candidaturas em papel;
- Carregamento de avaliações por excel;
- Obedece ao RGPD.

Cláusula 25.º (Especificações técnicas)

- 1 - A plataforma eletrónica deve funcionar em regime SaaS (Software as a Service), que contém o acesso ao software, alojamento, serviços técnicos de suporte e personalização institucional, dispor de 100GB de capacidade em Disco para alocação de ficheiros, base de dados e backups, e, por ano, disponibilizar o envio de até 10.000 SMS's e um suporte de 2 dias de apoio.
- 2 – A plataforma eletrónica, em modelo de SaaS, terá atualizações contínuas com periodicidade mensal.
- 3 – Adicionalmente, o prestador de serviços deverá prestar serviços de implementação, configuração e formação aos funcionários do Município de Alenquer.